



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2012

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DOZE. -----

Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário a Senhora Ana Rita Lopes Inácio e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 16 de Abril de 2012, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2011;-----

-----Ponto Quatro – Atribuição de medalhas. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- João Manuel Alves Gralha; -----
----- Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
----- José Maria Chambel Esteves; -----
----- Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----
----- Adriano da Fonseca Figueiredo; -----
----- Inocência Rodrigues Cruz; -----
----- Adriano Milho Cordeiro; -----
----- António Maria Constantino; -----
----- Adelino dos Santos Amaral; -----
----- Júlio do Rosário da Graça Barata; -----
----- Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----
----- Manuel Maria Pequeto Cardoso; -----
----- Luis Filipe Avelar Duarte Silva de Oliveira; -----
----- Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----
----- Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
----- Anabela da Conceição Almeida Quintanilha; -----
----- João Filipe da Siva Ricardo; -----
----- Carlos Miguel Timoteo Pires. -----
----- Estiveram presentes o Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, os Senhores: -----
----- Senhor Presidente da Câmara: -----
Vitor Miguel Martins Arnaut Pombeiro; -----
----- Senhor Vereador em regime de permanência: -----
----- Fernando Santos Freire; -----
Senhora e senhor Vereadores em regime de não permanência: -----
----- Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----
Após verificar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário, assim como a todos os presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida deu conhecimento dos Deputados Municipais que pediram substituição, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual:

- Senhores António Pereira e Valter Augusto Caldeira tendo tomado posse para os substituir os cidadãos imediatamente a seguir na lista respectivamente, Anabela da Conceição Almeida Quintanilha e Luis Filipe Avelar Duarte Silva de Oliveira. Assim como da substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo pelo seu substituto legal, Senhor Adelino dos Santos Amaral.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos Deputados a correspondência recebida e distribuída previamente. **(Anexo 1)**
Iniciada a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2012, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. O Senhor Deputado Eduardo Oliveira pediu a palavra para fazer rectificações o que foi aceite e decidido fazer alteração à acta, conforme o solicitado pelo Senhor Deputado.

Colocada à votação a acta, foi aprovada por maioria com quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- **Deputado Joao Filipe Ricardo** procedeu à leitura de uma declaração política. **(Anexo 2).**

- **Deputada Anabela Quintanilha** informou que em substituição do Deputado António Pereira cabe-lhe ler a declaração política. **(Anexo 3).**

- Tomou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: “Gostaria de informar que já tenho a proposta de Lei n.º. 44/12 que estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica e define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo e que em princípio em Junho haverá uma reunião para discussão do assunto e decisão da posição desta Assembleia sobre a constituição das Freguesias como a Legislação prevê.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Jose Chambel:** “Congratulo e felicito o Senhor Presidente da Câmara e toda a Vereação pela Inauguração no passado dia 17, do Centro Escolar. Trata-se de uma obra de que nos devemos orgulhar não só boas condições que oferece aos alunos, professores e a todos os que ali exercem as suas funções assim como as valências que ali se desenvolvem. Ouvi uma professora a dizer que a escola está um sonho. O Senhor Presidente da Câmara teve a coragem e a humildade de dizer publicamente que dado a um investimento daquele, a Câmara ficou com a fotografia tremida referente às contas no final de 2011, sendo no entanto e bem corrigido por alguém que disse que a fotografia tinha ficado bem nitida, investir na educação e ensino nunca é demais. Gerir dinheiro é facil, difícil é gerir a falta dele. O Senhor Presidente continua com os pés bem assentes na terra e não tenha receio do tremido da fotografia porque a historia será totalmente favoravel, exemplo disso temos o Parque Ribeirinho, a Loja do Cidadão, o Centro Escolar entre outros e o que mais adiante se verá.”

- **Deputado Paulo Tavares:** “ Retomando o tema do meu anterior companheiro de Assembleia em relação às escolas concordo que alguma coisa que foi dito, sem duvida são dois edificios de relevo, atraz-me dizer o seguinte o investimento foi avultado, é preciso pagá-lo e o que me preocupa e já foi alertado em termos de futuro como é que vai ser a manutenção destes edificios, dado que no dia da Inauguração detetaram-se falhas de funcionamento nomeadamente no AVAC que não estava a funcionar. Segundo o que me foi informado também por alguns pais que andam preocupados e foi-me pedido para aqui o dizer é o excesso de branco que está a causar dores de cabeça, não tenho nada contra, até concordo o espaço está muito bonito mas o excesso de branco causa dores de cabeça às crianças. Também me foi pedido para perguntar porque é que o elevador não está a funcionar, dado que houve uma criança que se magou era necessário e não estava a funcionar. Relativamente aos percursos do autocarro escolar as paragens são em estradas onde agora existe bastante transito, nomeadamente na Atalaia. Se houver possibilidade estudar estes percursos em virtude de as crianças estarem a sair do autocarro e veiculos a circularem em grande velocidade, é um grande perigo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gostaria de perguntar para quando a conclusão das Estradas da Roda e de Vale Seixo.

No ringue Desportivo na Atalaia há uma intervenção de melhoramento, porquê?

Gostaria de saber se existe algum acordo com a Câmara Municipal do Entroncamento sobre a passagem inferior que vai dar ao Bonito.

Alguem ficou chocado por haver uma tabuleta escrita a mão a assinalar proibido passar a pé, fitas coloridas pregadas num Monumento Nacional, como é o Castelo de Almourol.

Para quando a Loja Social?

Como está o apoio às associações, vão-se manter, vão haver cortes?"

- **Deputado Incencio Cruz** – “ Há necessidade de começar e com a instalação das peças de obras de arte no Parque Ribeirinho, a explicar bem o que se está a passar porque não vai agradar a gregos e a troianos. É preciso explicar bem o que é isto de arte e se aquilo que lá está é mesmo arte. Porque agora vão começar as criticas.

Festas do Concelho, queria alertar para o seguinte, sendo as Associações que compoêm as Festas, há que ter em conta que as pessoas tem o seu trabalho é da sua boa vontade e carolice que as fazem viver, sugeria que a montagem dos pavilhões e as vistorias não fossem na quarta-feira porque é um dia de trabalho e as pessoas têm que faltar, podiam pedir aos tecnicos para a fazerem na quinta-feira de manhã.

Quanto ao Centro Escolar o Concelho está de parabéns. Claro que os investimentos vão ter que ser pagos e desde que o Poder Central não falhe os seus compromissos as Autarquias também não vão falhar os seus.”

- **Deputada Anabela Quintanilha** – “Queria agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o convite para a Inauguração da Escola, conhecemos a escola branca como é conhecida no Concelho e comentei que a escola é bonita. É o que o Dr. Daniel Sampaio nos dizia há uns anos, os nosso alunos precisam de escolas bonitas que as motivem. Eu gosto do estilo de arquitectura. A questão é a que vem depois se há crianças que se queixam constantemente com dores de cabeça por influencia do branco, muitas horas, muita luz, muito vidro é um caso para termos em conta não é para discurmarmos. As crianças são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pequeninas têm que se sentir bem é uma escola bonita mas não tem as condições para se sentirem bem. Já disse aos pais para analisarem o assunto e porem por escrito o que têm que dizer sobre isso. A obra não está acabada e não tardou que o elevador fosse necessário para um aluno que se magoou e não estava a funcionar, a escola teve que se organizar e mudar a turma para o res-do-chão. Quando estará o elevador pronto?

Outra questão porquê o aquecimento desligado? Para quando a Internet aberta a todo o espaço escolar?

- **Deputado Adelino Amaral** – “Agradeço o convite ao Senhor Presidente da Câmara, ainda não ouvi queixas de modo que não posso pronunciar-me sobre o que os colegas falaram.

A Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo recebe constantemente reclamações sobre as bermas baixas e buracos e gostaria de colocar uma questão ao Senhor Presidente, para quando estão previstas intervenções nestas zonas? Na Rua da Fonte Santa já começaram mas ainda falta o acabamento. Das Quatro Estradas à estradas das Madeiras toda ela precisa de actuação e tem também as bermas muito baixas. O Casal Jacinto, a Rua Francisco Sá Carneiro e a estrada paralela à via ferrea precisam também de intervenção.”

- **Deputado Joao Ricardo** – “ Sobre o Galaxy Park o Senhor Presidente da Câmara já disse que este é um projecto privado mas gostaria de saber se tem havido contactos com os investidores, se é um projecto para esquecer qual é o ponto da situação?

Situação das Obras no Ringue da Atalaia há problemas a nível da empresa? Porque é que as obras pararam e o resto das infra-estruturas adjacentes?

A obra da Escola D. Maria II ia avançar faltando ainda verba vinda da CCDR, gostaria de saber se veio ou não.”

- **Deputado Eduardo Oliveira** – “A Praia do Ribatejo é um problema os trabalhos começam e não têm terminus. A estrada da Fonte Santa quando é concluída? Ou fica assim ? Em relação à requalificação do antigo mini-golfe quando avançará esta obra?

Queria colocar a questão sobre o futuro do Parque de Lazer da Encosta da Capela, no ano passado foram gastos noventa e quatro mil euros, este ano oitenta mil euros, agora parou. Quando recomeça? Quanto mais fica a faltar?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E em relação à Estrada de Vale Seixo que tem sido falada à anos e duas e três vezes por ano, lembra a estrada de ligação Tancos/Roda?

Sobre a escola gostei de a ver, embora não seja favorável ao tipo de arquitectura. Já ouvimos aqui dizer que a escola estava no céu e para outros já tem deficiências. Todas as obras têm dificuldades. A reparação da Rua Salgueiro Maia e não nos podemos esquecer que é uma obra recente em termos de mobilidade passa-se o seguinte, foram colocar postes de iluminação no meio do passeio e é uma obra terminada à meses.

Quanto à reorganização administrativa questiono se a Câmara em relação aos serviços camararios tem preparado a sua reorganização.

Queria saber sobre a providencia cautelar sobra as portagens da A23 em que situação está? Quem pagou? Como está essa questão?

Por último ouvi dizer a obra dos percursos ribeirnhos avançava a primeira fase. É verdade? Em que zonas?

- Nesta altura o Senhor Presidente da Câmara foi convidado a intervir para dar satisfação às questões colocadas pelos membros do plenário:-----

“Sobre a Inauguração da Escola queria agradecer as palavras do Senhor Chambel e os reparos aqui feitos. Quando nós reparamos para os 4 ou 5% que não se conseguiu para atingir os 100% é mesmo quem não fez exame nenhum. Só quem vê as deficiências é mesmo quem não fez nada, não há obras nenhuma que estejam perfeitas e só se vê ao longo do tempo por isso é que elas tem uma garantia de cinco anos para se repararem ou alterarem. Quem não tem a pratica de nada executar é que poderá pensar que as coisas terminam e ficam perfeitas e que tudo assim decorrerá durante o periodo de garantia.

Quanto ao branco a escola conforme vai sendo usada vai perdendo naturalmente o seu branco, agora foram colocadas centenas de m² de corticite de alta densidade para corredores de aprendizagem, de exposições e a cor vai surgir com toda a naturalidade. Está previsto naquele atrio, não se fez antes porque só pode ser designado após o Protocolo celebrado um lettring – CIEC BARQUINHA e assim já perderá a intensidade do branco.

O elevador é uma situação distinta, passámos para uma situação difícil como sabem, a dois meses de abrirem as aulas tivemos que passar por uma sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da posição contratual e houve entre outras coisas, houve um conjunto de facturação onde estava justamente o elevador, faltava facturar 5% e a empresa deve à Shindler um valor muito alto e recusaram-se a pô-lo em funcionamento e a Câmara também não pode pagar duas vezes a mesma coisa ou accionamos a garantia bancária, como podem verificar houve uma providencia cautelar e há questões jurídicas que nos ultrapassam, não podemos obrigar a Shindler a fazê-lo. A opção é utilizarmos a garantia bancaria retirarmos o montante e colocarmos lá outro, porque a mobilidade neste caso é muito importante.

Relativamente à paragem na EN110, há bastante trânsito mas estamos atentos à situação que já foi alterada, já passam pelo interior, pela Rua Vale e Azevedo e também as Estradas de Portugal foram alertadas diversas vezes.

Quanto à estrada do Vale Seixo e Encosta da Capela as obras foram lançadas em 2011 quando estava previsto o balcão de mérito para os Fundos Comunitarios e o que nos foi dito na altura que os Municipios que tivessem determinadas percentagens de execução ou tivessem incluídas nas Comunidades Intermunicipais os projectos seriam financiados por questões ligadas à CCDR. O balcão de mérito ainda não foi aberto e neste contexto avançarão com estas duas obras a 100%. Se tivermos a conclusão física ou financeira elas deixam de se poder candidatar, temos que esgotar todas as oportunidades de recorrer aos Fundos Comunitarios. Até aí as obras vão ficar em banho-maria. A Estrada de Vale Seixo não tem reflexos significativos, a grande maioria de circulação de mobilidade está feita não tem nada a ver como antigamente, só ficou uma pequena percentagem por executar, precisamente para que não haja uma conclusão da obra e isso impeça a ilegalidade em termos de Fundos Comunitarios e o mesmo acontece com a Encosta da Capela. Se não houver financiamento temos que obter algo intermedio para colocação do equipamento à disposição da população.

As obras da Fonte Santa são executada por administração directa ao qual vamos recorrer cada vez mais. A Autarquia recebe à dois anos para cá menos 25% que recebia anteriormente, há outras receitas que felizmente no nosso caso não têm grande peso mas que caíram 80%, temos receitas dessas e não há milagres. Estamos a sofrer um conjunto de aumento de despesas e como exemplo temos a iluminação pública começamos a pagar 23% e como devem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imaginar é um grande rombo trimestral. A ideia é passarmos para a estrada o caminho das Limeiras e do Cafuz onde ainda há áreas onde as bermas baixas são bastante significativas, alguns troços a caminho da Rua do Cotovio. Está previsto ainda este verão aí haver uma pequena empreitada.

Sobre o Castelo de Almourol infelizmente esteve vários dias em que as pessoas podiam atravessar a ilha, foi acordado em conversa com Senhor Comandante da Escola Prática de Engenharia que o anterior pagamento do transporte teria que ser também para o acesso à ilha isto é, não há condições para aí ter um conjunto de trabalhadores a prestar um serviço e neste caso estamos a falar da Junta de Freguesia de Tancos em que garante à alguns anos atras da limpeza de toda a ilha e todos nos lembramos dos relatos que fizeram à anos da limpeza da ilha, agora felizmente neste momento não acontece o que se passou foi dada a situação limite que chegou o Rio Tejo.

No que toca às colectividades vamos tendo mais dificuldades, temos sido mais selectivos e as verbas de menor monta porque as verba disponiveis são menores.

Todo o programa estrategico referente à Arte o que está a ser aplicado na área da regeneração urbana terá que ter muitos trabalhos neste âmbito, em Workshop's, palestras etc.. . há coisas que só se pode gostar com o decorrer do tempo. Quem não conhece não pode gostar, tenho a noção plena este é um projecto polémico como todos os outros o foram e cito por exemplo das vezes que saía da Câmara com o Vereador Honorio e um conjunto de fiscais não remunerados que exclamavam que palhaçada era aquela aquando da intervenção do Parque Ribeirinho, terras para um lado e para o outro, andavam só a gastar dinheiro e hoje felizmente é uma obra consensual. Se formos para a arte, Fernando Pessoa era ridicularizado no seu tempo porque tinha uma poesia esquisita, nem rimava e agora é o que é, há situações em que o tempo vai fazendo também parte desse trabalho.

Relativamente à sugestão de vistoria para as Festas do Concelho se depender da Câmara Municipal concerteza que ela vai ser acolhida, tenho duvidas é em relação ao técnico do Centro de Saúde.

Em relação às escolas uma situação que temos prevista e está equacionado com o Agrupamento e no fecho das obras tudo faremos para incluir as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cortinas que permitam às salas de aula reduzir o excesso de luminosidade em determinadas alturas do dia. A escola teve o aquecimento ligado até meados de Março, estou a ouvir essa reclamação pela primeira vez. Quanto à Internet todo o centro escolar e área envolvente neste momento tem Internet/Wireless Relativamente à escola a responsabilidade é da Administração Central através do Programa PTE e a PT a Empresa adjudicada para fazer esse trabalho pelo Ministerio de Educação contactou a escola para o fazer. O que é da responsabilidade da Autarquia está feito e funciona em todo o Centro Escolar. Em Fevereiro foi facultada cópia pelo Galaxy Park do que foi enviado e solicitado pelo Ministerio da Economia a prorrogação da licença que terminava em Março deste ano e com um argumento em torno de toda a situação económica do País em que era solicitado ao promotor pagar sessenta mil euros à Direcção Geral de Economia por essa licença. Sabemos as condições em que as coisas estão, a intenção do promotor é alterar o projecto ao dimensionamento e às condições que hoje manifestamente se olharmos a dimensão das áreas comerciais é completamente desajustado mas se o assunto não se resolver os interesses estão salvaguardados porque somos proprietários, a propriedade plena é da Câmara Municipal, foram cedidos em direito de superfície e recebemos mais cento e cinquenta mil euros por essa transferência com a salvaguarda em absoluto apenas poderia servir para o projecto em concreto.

Quanto às verbas da CCDD confirmo que de facto já recebemos montantes bastante significativos. A Câmara Municipal a 20 de Abril já recebeu um montante superior a todo o montante de 2011. Em 2011 recebemos dois milhões cento e cinquenta mil euros, hoje a verba já foi ultrapassada em um terço de um ano .

A requalificação do Mini-golfe, para a intervenção pretende-se lançar o concurso durante o ano de 2012, assim a Lei dos Compromissos nos permita e nos dê essa possibilidade, essa é a intenção do Município.

Sobre a Reorganização Administrativa teremos que falar ainda não foi promulgada a Lei, quando ela existir a Câmara Municipal analisará o assunto e se for caso disso trará uma proposta à Assembleia Municipal, previsivelmente no mês de Junho, se assim não acontecer os órgãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipias deverão pronunciar-se noventa dias seguinte à entrada em vigor da Lei.

Em relação às Portagens demos algum apoio, não somos os promotores da providencia cautelar, o nosso apoio foi essencialmente tecnico e não em termos financeiros.

A primeira fase dos Percursos Ribeirinhos vai desde o Parque Ribeirinho até ao Castelo de Almourol e está na fase de visto do Tribunal de Contas.

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Por inexistência de inscrições o Senhor Presidente da Assembleia anunciou um intervalo de dez minutos.

Retomada a sessão foi continuada a ordem de trabalhos.

Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. **(vide anexo 4)**

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores:-----

- **Deputado Eduardo Oliveira** – “ Li a informação escrita e gostaria de saber em relação ao Cartão de Idoso, quantos beneficiários há?

Cantina Social, diz que será atribuída ao nosso Município uma Cantina Social, esta será atribuída por quem? As refeições diárias são pagas por quem e quem tem acesso a esta Cantina?

A monda química foi aplicada em todas as freguesias? A Câmara pagou a todas as freguesias?

Quanto aos processos judiciais pendentes houve um aumento de processos e por curiosidade gostaria de saber o porquê do processo 12.º.

Sobre a situação financeira, o Município recebeu a verba de dois mil cento e setenta e nove mil euros, esta verba engloba-se na verba que disse à pouco que recebeu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Adelino Amaral** – “Por não ser referido na Informação Escrita do Senhor Presidente, nem nesta nem na anterior passo a mencionar alguns aspectos: Protocolo com a EPE, na Praia do Ribatejo além da Rua da Pontinha onde já estão a actuar que ruas mais estão previstas intervencionar? E o saneamento básico nas Madeiras, Limeiras e remodelação das ETAR’s do Seival e ainda o apoio à reabilitação urbana na Freguesia de Praia do Ribatejo?”

- **Deputado Paulo Tavares:** “ Na Informação Escrita o Senhor Presidente frisa o Mercado das Artes, construções, fundações para as esculturas do Parque Ribeirinho, lembro-me que as esculturas foram adjudicadas no total de uma dezena, gostaria de saber se se vão implementar todas. E em que termos é que se processou este concurso da adjudicação. Já se falou que a arte é muito difícil de explicar. Estive à pouco tempo com dois artistas e expliquei-lhes que cada peça ia custar cem mil euros e já algo implantado. Com esta verba dá para utilizar materiais nobre como o bronze, cristais, titânios, vidros nobres e o que ali está a constatar-se é a existência de ferro de construção, aço a preços altos a arte não tem preço, mas com cem mil euros hoje os artistas da casa aqui da Barquinha fariam melhor e mais grandioso.”

- **Deputado João Ricardo** - “ Sobre o atendimento social de apoio às famílias que balanço é que fazem deste tipo de atendimento. O que é que se faz numa altura complicada como esta e o que é que as pessoas solicitam e que tipo de ajuda lhes é dada.”

- **Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:** -----

- “Não sei exactamente quantos são os beneficiarios do cartão. O que se fez foi um procedimento normal que é uma reavaliação das condições e as pessoas tiveram que apresentar novamente documentos e houve um conjunto de pessoas que o não fizeram, o cartão caducou e os beneficios foram-lhes retirados.

A Cantina Social é um projecto da Segurança Social é promovido e financiado pela Administração Central, que no nosso caso definiu-se uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia, há um conjunto de pessoas que reuniam um conjunto de dificuldades e são beneficiarios dessa Cantina.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A monda química em regra é um processo em colaboração entre a Câmara e Juntas de Freguesia é um trabalho em parceria. Nuns casos a Câmara dá a monda química e noutras a mão de obra.

O processo 12º. refer-se às antenas de telecomunicações o entendimento da Câmara anterior foi aceite e posteriormente contestado é sobre uma licença temporária e carece de ser renovada é uma questão jurídica. Se é temporária é devida uma taxa com a sua renovação e as empresas de telecomunicações entendem que não é temporária e não têm pago. Houve uma intimação para serem retirados os processos que estava a decorrer, se tivermos razão têm que pagar a taxa em questão.

Estão a decorrer os trabalhos ao abrigo do Protocolo celebrado com a EPE na Rua da Fontinha e se não houver uma paragem tendo em conta os encargos assumidos e não pagos, haverá ainda uma intervenção na Freguesia da Praia do Ribatejo, neste momento ainda não estão reunidas as condições para informar qual delas vai ser contemplada.

Não há nenhuma referencia ao saneamento básico nestes dois meses, porque não houve neste tempo qualquer novidade. Sobre a reabilitação urbana temos defendido esta deveria ser liderada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e haver uma candidatura conjunta, se se vier a concretizar falamos deste assunto na Assembleia Municipal.

O concurso das esculturas foi nos termos do definido pelos Fundos Comunitarios. Temos estabelecido uma parceria com a Fundação EDP e foi um historiador de arte Professor João Pinheiranda que é o assessor da dita Fundação, o coordenador nesta intervenção e definiu que os objectivos era termos os nomes mais significativos da escultura portuguesa contemporânea, desde os anos setenta até aos nossos dias. Os contratos foram por ajuste directo tendo-se determinado um valor de setenta e cinco mil euros tendo em conta os nomes conceituados para não entrarmos em negociações em que os valores pudessem disparar mais. A condição foi que aceitando este valor pre-definido que fizessem uma obra com base neste limite. O valor da arte é subjectivo. Estamos hoje a relizar esta sessão com todas as paredes com muita arte, arte feita no nosso atelier na maioria Barquinhenses e são dezenas de belos quadros, mas se tivesse um quadro da Pintora Paula Rego tinha um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valor maior que eles todos, é o mercado da arte. Temos tido muitos visitantes mas se conseguíssemos uma exposição com dois ou três quadros da pintora o que vos asseguro é que passavam milhares de pessoas, é o que se passa em Cascais no Museu Paula Rego. Vamos ter uma lista de nomes como, Ângela Ferreira, Joana Vasconcelos, Pedro Croft, Pedro Cabrita Reis, Zulmiro de Carvalho, Cristina Ataide, Fernanda Fragateiro, entre outros. Na última revista da SOL a capa é da Joana Vasconcelos que fez um sapato em que o material nobre não é cristal mas são tampas de tachos e têm sido vendidos a quinhentos e seiscentos mil euros. A ideia de fazer, o que tem de brilhante aquele sapato da Marylin Monroe é que são usados os materiais diversos do quotidiano, assim como as réplicas das famosas joias de Viana do Castelo compostas por talheres de plástico moldadas. Vamos ter também uma obra da Joana Vasconcelos.

O atendimento é essencialmente um encaminhamento social, cada caso é um caso, diferente e por vezes há um encaminhamento de apoios da Segurança Social, o trabalho da Câmara é um trabalho de despiste e definição de prioridades.

Foram emitidos 220 cartões de Idosos. O processo foi iniciado em Fevereiro o que levou à actualização de noventa cartões. Foi apresentado ao Dr. Tiago Leite, director Regional da Segurança Social a ideia de serem servidas cerca de oitenta refeições pela Santa Casa da Misericórdia que distribuem também para a Praia do Ribatejo e Atalaia com parceria de outras instituições.”

- **Deputado Eduardo Oliveira** – “Em relação às antenas o que está aqui é a TMN e a OPTIMUS, não há só estas antenas, as outras pagaram ou só esta é que não pagou?”

-----Ponto Três – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2011;-----

---**A pedido do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação do ponto três e esclareceu o seguinte:** “ vou fazer uma apresentação muito sumária e genérica. O ano de 2011 foi o ano em que a Sede do Concelho e na Moita do Norte deixaram de ter uma Estrada Nacional e passaram a ter um arruamento que alguns chamam de Avenida, mas que de facto é uma obra marcante é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

objectivo que à doze anos parecia impossível deixar-mos de ter Estrada Nacional a atravessar as localidades, mas foi um projecto bem conseguido. Conseguida também foi a intervenção na Praia do Ribatejo com a substituição das infraestruturas. Também foi o ano em que o antigo edifício dos Paços do Concelho foi completamente requalificado e também como já referi, à uns dias a Inauguração do Centro Escolar em que marcamos uma alteração radical daquilo eram as condições de educação do Concelho e passamos a ter um Parque Escolar de excelência não apenas do ponto de vista material mas também do projecto educativo que é a intencionalidade deste projecto somos considerados um exemplo e conseguimos isto num ano do ponto de vista financeiro que foi dramático, em que as receitas da Administração Central desceram de forma significativa e as despesas aumentaram, mas ainda assim as despesas com o pessoal diminuíram 2,4% e o número de funcionários diminuiu 3% e isto no ano em que colocamos em funcionamento aquilo que vos referi. Foi um ano em que os resultados líquidos foram superiores a setecentos e sessenta e nove mil euros, os resultados operacionais foram novecentos e quarenta e três mil euros positivos, houve uma evolução positiva do activo em que passou de catorze milhões em 2008 para trinta e um milhões em 2011, há um crescimento significativo. Temos uma execução ao nível corrente em cerca de 80% e uma execução do capital em cerca de 35% , se tivermos em conta os compromissos que assumimos aquilo que foi realizado e não pago pelos motivos que já explicarei estaremos numa execução ao nível dos 71% em termos de compromissos.

Relativamente aos passivos financeiros devia ter começado por aqui e devo penitenciar-me por isso há uma errata lamentável na página 77 e 78, isso é visível, peço desculpa as duas páginas vão ser substituídas as percentagens que são aí indicadas da passagem de 2010 para 2011. O passivo financeiro cresceu essencialmente no ano de 2011 aquilo que estava previsto recebermos da Administração Central não se tem procedido a essas transferências o que motivou uma dívida a curto prazo de cerca de seis vírgula nove milhões de euros o que é um crescimento mais significativo o que corresponde ao valor empolizado de quatro vírgula três milhões de euros. Para além disso foi incluído pelo Revisor Oficial de Contas o que nós contestamos, um valor cerca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de quatrocentos mil euros um valor com a ADSE do início da década de noventa e inclusivamente as verbas são pagas nós mencionamos facturas recentes e a ADSE está a abatê-las nesses valores que estão prescritos, não havendo nenhuma acção judicial para a declaração da prescrição entendeu-se que essa verba deveria ser incluída e mais um valor que não sendo despesa nova de 2011 é incluída nas contas relativamente à dívida de médio e longo prazo, subiu de quatro vírgula três milhões para quatro vírgula oito milhões de euros. Aquilo que excede à capacidade de endividamento tem a ver com a própria política da Administração Central relativamente aos Municípios. A Assembleia Municipal autorizou em seu devido tempo quando iniciou o Quadro Comunitário de Apoio apresentamos um conjunto de projectos em que solicitamos autorização para contratarmos empréstimo em cerca de três milhões de euros, desse montante a Câmara utilizou apenas dois milhões e a maior parte dele apesar de na totalidade ser para comparticipações de obras dos Fundos Comunitários não foi excepcionado, chegamos do ponto de vista legal ao ponto em que no fundo todos os Municípios estão a chegar só quando passamos a estar fora dos limites de endividamento é que a Administração Central utilizando o poder descricionário excepciona ou não esses valores para efeitos de contabilização. Na capacidade de endividamento foi portanto o que se passou em relação aos investimentos. Ainda tínhamos alguma capacidade de endividamento, os empréstimos não foram excepcionados e penalizaram-nos nesse contexto e de forma bastante significativa as nossas contas.”

- **Deputado Carlos Timóteo** – “As primeiras palavras vão para os artistas da terra e para o mentor do projecto que aqui está, os nossos artistas estão de parabéns pelo trabalho aqui representado nota-se tecnicamente a evolução e o trabalho apresenta outra qualidade. É muito gratificante ver isto e apreciar o talento da gente da nossa terra. Vamos ter oportunidade nas próximas sessões para ter discussões sobre arte ou o que é que será a arte. Foi com um grau crescente de preocupação que analisamos o documento, chegamos à conclusão que o ano de 2011 foi um ano de viragem naquilo que era uma certa tranquilidade com saúde financeira que o Município vivia até esta data. Fizemos uma análise essencialmente sobre duas perspectivas uma análise das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receitas e das despesas e uma análise financeira centrada no endividamento do Município. Se olharmos para os números temos que partilhar dum certo dramatismo que foi vivido no exercício de 2011. Na parte orçamental o primeiro ponto que queríamos destacar diz respeito ao saldo de gerência, o Município para fazer face às despesas de carácter imediato teve que fazer recurso desta receita o que não tinha acontecido até então utilizando os tais quinhentos e dezasseis mil euros de que faz referência o documento. Hoje não poderá acontecer pelo mesmo montante no ano de 2012. Consideravelmente mais grave é a análise das transferências correntes e aqui permita-nos Senhor Presidente não vamos poder partilhar do que estão a viver em relação às novas instalações escolares porque as contrapartidas que o Ministério da Educação exigiu foram demasiado severas. Veja por exemplo na dotação de quarenta mil euros o Ministério fez uma transferência de 3 mil e setecentos euros, é grave para as contas da Autarquia. O que se refere à assunção de competências também há um défice dos valores apresentados em cerca de duzentos e quarenta e sete mil euros a que se junta no Protocolo assinado há um valor em falta de cento e trinta e quatro mil euros ou seja são transferências correntes para cobrir despesas fixas de carácter permanente a Câmara vai ter quatrocentos e dezassete mil euros em relação ao inicialmente previsto isto são contrapartidas demasiado severas para aquilo que foi o investimento feito nas instalações escolares isto vai ter efeito a curto, médio e longo prazo, não será uma coisa que resolva de um ano para o outro, são despesas de carácter permanente com uma agravante que tem tendência a piorar. O grau de rubricas tenderá a agravar-se nos próximos anos logo na assinatura do Protocolo nos acusamo-lo de excesso de voluntarismo hoje reiteramos e temos que concluir que assinou mal o acordo. As instalações são óptimas do ponto de vista arquitectónico, do ponto de vista conceptual em termos de pedagogia ainda que as instalações não façam exclusivamente um bom sistema educativo, contribuirão mas não queira fazer factor decisivo para o sucesso escolar.

Tão normal como reunirmos cinco vezes por ano é o facto do desvio nos bens de investimento estes aparecem sempre empolados, para utilizar um termo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecido dos Portugueses e da gente do Bloco Central é o desvio colossal como sempre e já não constitui propriamente uma novidade.

Para as despesas em exercícios anteriores eram sempre valores desprezíveis na média de dezassete mil euros, este ano saltam para os cento e cinquenta e dois mil euros, há um alargamento generalizado, um aprofundamento das dívidas e da despesa da Câmara ao longo do exercício de 2011.

Concluída a parte orçamental vamos à parte financeira já não é necessário fazer a correção mas mesmo assim é bom que as pessoas tenham a noção do que é que são os tais desvios que não aparecem na devida correção, são na ordem dos 235% com os fornecedores não os 70%. Há uma rubrica de 1.357% outra de 249% e não inferiores a 100% ano como aqui aparece, ou seja o total de endividamento a curto prazo no exercício de 2011 na passagem de exercício de 2011 para 2012 é superior a 200%, é bom que tenhamos noção do valor total do endividamento do Município.

Em relação ao facto do médio e longo prazo o Presidente da Câmara tinha referido à pouco tempo que eram quatro milhões hoje está perto dos cinco milhões. Tudo totalizava em Dezembro de 2011 onze milhões e tal euros.

Por fim a auditoria externa, estávamos habituados com outro tipo de trabalho outro tipo de rigor, apreciação, este é fraquinho, é imprestável o relatório que acompanha o relatório de contas.”

- **Deputado Paulo Tavares:** “Apresenta-nos neste relatório uma diminuição de um cargo de dirigente de cinco passam a quatro em 2011, queria perguntar se este quadro de redução é para manter ou se vai ser repostos.

O valor do IMI ultrapassa a taxa de execução em cerca de 14% uma das situações que nas anteriores sessões aqui ressalvei o aumento exponencial que ia ser o aumento do IMI.

Outro cavalo de batalha que estamos sempre a frisar o preço da água neste Município uma das mais caras do País, só para a tarifa fixa houve um aumento exponencial de 117%, ultrapassam o orçamentado, estava-se a prever cento e vinte e cinco mil euros para a tarifa fixa. Cada Barquinhense paga vinte euros por ano só para cá viver para ter acesso à água se contabilizarmos isto em termos de fogos, é muito.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da esclareceu o seguinte: “ Na dívida a curto prazo frisou à pouco afinal o PSD, não é tão mau até paga mais rápido os Fundos Comunitários do que estávamos habituados a receber.

Quando o Ministro Relvas pediu aquele montante para enviar foi este montante de onze milhões e oitocentos mil euros que a Câmara informou. Foi facultada cópia do ofício enviado ao Deputado da vossa Bancada.”

- **Deputado Adelino Amaral** – “Não compreendemos a despesa efectuada e a dívida contraída pelo Município. Entende-se a escassez financeira do Município, a difícil situação do País mas não compreendemos muito bem porque é que os investimentos não foram feitos na Praia do Ribatejo estes continuam a aguardar dias melhores.”

- **Deputado Eduardo Oliveira** – “Na venda de bens de investimento os terrenos da Zona Industrial, estes catorze mil oitocentos e dez euros e oitenta e oito cêntimos dizem respeito a quê? E a despesa foi da Câmara ou da Empresa Municipal?

As despesas de pessoal desceram 3%, diz o Presidente da Câmara só gostaria de dizer que esta diminuição no valor três milhões foi de setenta e três mil euros, se compararmos as receitas de 2008 para 2011 o aumento das despesas de pessoal são de 30%.

Em relação julgo que a Câmara vai ter a partir da agora já a começar a olhar para esta dívida é a mesma coisa de à 3 ou 4 anos em que o Município deixou de ter obras para que assim pudesse reduzir a dívida da câmara. Em relação ao passivo há uma diferença nos números o que está aqui vinte milhões e seiscentos e oitenta e seis mil euros não é o está na soma total.

No passivo o Senhor Presidente indica que são onze milhões oitocentos e quarenta e sete mil euros se dividirmos isto por cada habitante do Concelho, estes já têm a seu cargo uma verba bastante significativa esta é uma grande realidade.

O relatório tem coisas interessantes é pena que para fazermos uma análise disto não se pode andar a mudar todos os anos no pessoal a comparação deste ano não tem nada a ver com o ano anterior e depois nós não podemos ver a evolução. Acho que o relatório tem que se mudar, senão estamos a falar dumas coisas e depois é a história dos números cada um dá o seu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação aos recursos humanos é pouco significativo para o orçamento de 2012 e não corresponde ao número que terminou em 2011.

O ano passado gostei de ver a certificação de contas este ano como disse o Deputado Timóteo é extremamente fraco.

Não posso deixar de passar isto nas notas de balanço e demonstração de resultados mais uma vez verificamos duas ou três coisas interessantes em relação ao inventário, continuam sem o conseguir fazer, há assim tanta dificuldade?

Outra coisa que se vê na nota do balanço é de que o Município detém noventa e quatro e trinta e dois do capital social, os resultados do último exercício económico ainda não se encontram apurados diz na demonstração. Depois encontramos as contas do Centro de Negócios já todos sabem a minha opinião sobre o mesmo, para mim cada vez é mais complicado eu tomei umas notas em relação às empresas que lá estão instaladas e gostaria de saber se lá existe ou não a segurança, porque aqui no relatório aparecem as despesas fundamentais que foram para os revisores oficiais de conta se para a segurança e manutenção de espaços verdes, estes valores o ano passado referentes às contas de 2010 eram mínimas eram de mil e poucos euros este ano para as despesas do Centro de Negócios aumentou de trinta e oito mil novecentos e noventa e seis para quarenta e um mil trezentos e sessenta e um euros e o resultado líquido baixou, não entendo bem. No ano de 2010 falava-se bastante na venda de lotes a três empresas agora desapareceram, agora indicam um novo investimento, espero bem que se confirme será bom para o Concelho.

Continuando a verificarmos que nas contas desta vez não se junta o balanço assim não conseguimos confirmar os dados, temos um coordenador que junta o balanço não junta a demonstração de resultados nem os anexos às demonstrações financeiras. O que esperamos para acabar com esta empresa municipal e integra-la no Município com os elementos que nós cá temos. Não me conseguem justificar esta empresa municipal.

Usando o direito de resposta o Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: “ Há de facto algumas transferencias nomeadamente no âmbito do Ministério no que diz respeito à despesa corrente que podem e devem ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transitado até porque recebemos esta semana um valor com algum significado relativamente a transportes escolares. Há um indeferimento entre a existência da despesa. Não concordo que o Protocolo que a Câmara celebrou relativamente à transferência de competências não tenha sido um excelente negócio. Se pensarmos que o Município ao lado, à pressa o foi fazer porque também quer escolas novas e muito bem, nós já temos a Escola D. Maria II nas condições em que ela já está. Esse foi um dos principais passos para que isso tivesse acontecido.

Despesas com pessoal disseram que as despesas dispararam 30% de 2008 para 2011, recebemos sessenta e oito funcionários através da assinatura do Protocolo que em 2008 não eram funcionários, por isso o aumento de 30%. O valor que nós recebemos por conta dessa transferência e a gestão apertada que temos tido em termos de gestão de pessoal é um ganho efectivo para o Município é essa a certeza que temos sobre esse assunto.

Sobre as chefias há intenção do Governo aquando o suposto pacote de reorganização administrativa, há esse propósito nós tínhamos cinco chefes de divisão e por opção e confiarmos nos técnicos superiores que temos no nosso quadro, a chefia de Divisão Administrativa e Financeira eram uma comissão de serviço vinda da Inspeção Geral de Finanças, considerando que é possível repartir essa competência pelos técnicos superiores diminuimos a despesa em 2%. Temos também diminuído o número de funcionários e essa política apesar de estarmos a abrir novos equipamentos e infraestruturas e isso necessitar de pessoal tudo tentaremos em termos globais não aumente.

O aumento exponencial como disse o Deputado Tavares quase que só dá para o primeiro trimestre de IVA da Iluminação Pública. Os impostos directos passaram de seiscentos e setenta e seis mil euros para oitocentos e oitenta e sete mil euros um crescimento de 1,6% num ano em que a inflação foi de 3%. Falaram de um valor de vinte euros para termos água e para termos luz quanto é que se paga?

Relativamente à dívida a curto prazo e a este efeito que o Deputado já está a atribuir ao PSD, já recebemos mais receita em quatro meses isto já é um brilhante trabalho do PSD só espero que relativamente às dívidas de Estado elas desçam na mesma proporção como vão descer durante o ano de 2012 na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Autarquia. E neste sentido deixo aqui este repto, estamos com seis milhões e novecentos, mais quatro milhões e oitocentos mil euros a medio e longo prazo vamos tirar nova fotografia em 31 de Dezembro de 2012 e vamos ver quem desce mais em termos da sua dívida e digo isto com segurança. Vamos ter o nível mais alto de execução em 2012 efectivamente diz respeito a despesas já efectuadas e realizadas em 2011. Como disse na apresentação inicial os compromissos assumidos levam a que o nível de execução visto sob o prisma dos compromissos foi superior a 70% em termos de investimento realizado o que é bastante significativo.

Relativamente ao ofício recebido do Dr. Relvas e do Professor Gaspar a carta era assinada pelos dois, havendo algumas alterações julgando que o número não é exactamente coincidente e não é coincidente porque na altura não tínhamos as contas completamente fechadas. Para esse documento que os senhores acham bastante sucinto do Revisor Oficial de Contas nós temos que fazer as contas de acordo com o que eles consideram que é o adequado. Já vos referi a conta do início dos anos noventa que diz respeito à ADSE e o Revisor Oficial de Contas obrigou-nos, entre aspas, sob pena de fazer reservas às próprias contas e como não pretendíamos ter reservas às mesmas incluímos um conjunto de despesas. A eventual diferença que existia entre o ofício do qual vos foi dada cópia e as contas que estamos a aprovar este dia, dizem única e exclusivamente respeito a alterações que tivéssemos que proceder pelo entendimentos dos Revisores ser diferente da dos serviços.

Em relação às questões colocadas sobre a Praia do Ribatejo eu compreendo, está aqui em nome dela é esse o seu trabalho, perdoem-me a expressão a visão do Concelho não é embutido deste novo espírito de reorganização administrativa da abolição das freguesias mas de facto a gestão e o planeamento municipal não é determinado pelo equilíbrio instantâneo relativamente a cada ano às Freguesias, somos demasiado pequenos para o conseguir e portanto há anos em que o investimento é maior, neste caso se formos ver isto por freguesias a Moita do Norte tinha um valor completamente exorbitante e os Moitenses têm que fazer o mesmo tipo de comentário e análise e portanto temos que ver a situação em termos de Concelho. Quando fazemos uma escola não é para uma freguesia é para um Concelho, assim como em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2002 relativamente à Estrada 358 que atravessava a Praia do Ribatejo o valor do investimento foi muito maior do que no resto das outras freguesias alcatroamos toda a vila com excepção da Rua dos Cotovios assim como toda a rede de águas foi intervencionada.

As vendas de bens de investimento mencionadas pelo senhor deputado Eduardo Oliveira os catorze mil euros dizem respeito a um contrato promessa de um lote de terreno da Empresa Inopower. Com o momento da crise em que vivemos em termos de economia real quanto a isso não há nada a fazer somos completamente impotentes. Temos tido diversos projectos alguns dos quais chega a escrita pública ou a contrato promessa e os investidores na hora da verdade ou por falta de financiamento ou pela retracção do mercado não se realizam, existem diversas dificuldades com as indisponibilidades dos Bancos que não disponibilizam as verbas que tinham já sido aprovadas. O Centro de Negócios é uma sociedade como o já aqui referi, não percebo que problema é que podemos ter pois é uma sociedade para o qual e apesar desta manifesta crise são os próprios empresarios com parte da sua receita que contribuem justamente para a manutenção de espaço.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu o seguinte: “Saiu uma Portaria a semana passada do Ministerio das Finanças em que retirou uma verba de 5% do IMI já consideradas em 2011, verba não consignada para as Finanças é para verem como é que podemos planear, foram às Autarquias de Norte a Sul tirar essa verba para o Ministerio.”

- **Deputado Carlos Timóteo** – “Era para dizer que gostavamos de partilhar do mesmo optimismo do Senhor Presidente da Câmara em relação às contas do Municipio e como ficará o retrato no final deste ano, estamos em crer não ser tão bom como o Senhor Presidente pensa”.

Em relação ao Protocolo e aos Acordos houve Municipios com outro tipo de contrapartidas e realizaram o mesmissimo nivel de obra não têm que suportar as despesas e os encargos do Ministerio da Educação a Câmara quis-se substituir aqui a algumas facetas ao Ministerio de Educação e isso vai ser honoroso a curto e medio prazo para o Municipio.

Remodelação e intervenção do Pavilhão Desportivo ou seja a Barquinha também quer ter o Palácio dos Desportos e celebrar o desporto e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grandiosidade de desporto através de instalações e muitas bancadas é uma má opção. No dia que o Senhor Ministro Nuno Crato veio à Barquinha vinha de uma escola em Abrantes com o mesmo tipo de arquitectura contemporânea com um Pavilhão que foi intervencionado não o derrubaram, na escola fizeram uma intervenção grandiosa ao nível de salas e de toda a estrutura o trabalho é notável ninguém derrubou um pavilhão com 30 anos para construir outro ao lado só porque paisagisticamente não é tão interessante ou seja com menos verba se calhar resolvíamos o problema do desporto é o lado menos positivo entre a política e a arquitectura é a celebração do poder através do cimento.”

- **Deputado Paulo Tavares:** “ Na intervenção do Senhor Presidente notou-se uma certa alegria interior quando falou no nosso Governo no Ministro Relvas e Ministro Gaspar porque diz-se mal destes indivíduos que ali estão mas estes têm uma coisa boa pagam e mandam para cá o dinheiro coisa que o outro não fazia. O senhor Presidente a queixar-se das verbas que não chegavam afinal estão lá à um ano e já pagaram no final do ano passado e já pagaram este ano e o País está em crise. Há que saber gerir e há que saber pagar e cumprir os compromissos coisas de que não estávamos habituados. Queria perguntar ao Senhor Presidente se depois do dinheiro dos Fundos Comunitários chegar, acredito que este Governo vai cumprir, vai pagar aquilo que deve do Parque Escolar? E como ficará a Câmara em termos de valor?”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** propôs o prolongamento da sessão até acabarem os trabalhos. Submetidos à votação foi aprovado por maioria com uma abstenção.

- **Deputado Eduardo Oliveira** – “Em relação ao CDN gostaria de saber o Senhor Presidente da Câmara não falou em relação ao pessoal no ano em que estamos a apreciar as contas de 2011, qual o valor da transferência da Câmara para o CDN.”

- **Deputado Ricardo Honorio** – “ Queria responder ao caro colega só tenho pena que este Governo não faça os pagamentos à mesma velocidade como coloca impostos. Isto eram compromissos já efectivados sabem que o endividamento vem por falta de pagamento da Administração Central, pelo QREN porque não paga.”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o seguinte: “ Acredite o Deputado Timoteo que a transferencia do corpo não docente foi um bom negócio para a Câmara agora o que lhe vou dizer em bom rigor eu lembro-lhe fizemos a transferência tínhamos dois Agrupamentos tínhamos rácios de corpos administrativos para dois Agrupamentos, o Ministério vinculou-se a pagar sessenta e oito pessoas à Câmara, para toda a actividade desde o planeamento, o licenciamento, a limpeza, os residuos sólidos urbanos, águas e toda a outra actividade, nós conseguimos. Por exemplo assumimos compromissos com pessoal na Loja do Cidadão para a termos cá, todos consideram que é uma mais valia, funcionarios conseguidos sem contratar ninguém ao nível administrativo. Havia ainda pessoas quando assinamos o Protocolo em situação de reforma o Municipio fez um bom negócio.

Quanto ao Pavilhão Desportivo não vamos fazer um pavilhão de dois milhões de euros isso é mais do que certo. Estamos neste momento num processo de revisão do projecto justamente para um valor que andarà por novecentos mil euros e haverá arranjos exteriores e poderá andar pelos cento e tal mil euros.

Nós hoje sabemos e recordo que tivemos até Fevereiro à espera que a candidatura da E.B 2,3 fosse aprovada, sabemos quais é o valor elegível global e quais são os valores de comparticipação façamos o que fizermos são de cinco milhões e quatro centos mil euros para aquele investimento. Aqui não há nenhuma intenção de celebração do poder pelo cimento nem nada dessas coisas, mas sim um trabalho excelente que esta a ser feito pelos professores ao nível do 1ª. ciclo e acompanhamento da Universidade de Aveiro que é a melhor de Portugal.

Nós estamos a tentar ainda sem sucesso encontrar parceiros privados para esta vertente da ciência que nos possa participar naquilo que são os custos da abertura à Comunidade a este Centro e tivemos uma visita de um Quadro Superior de uma Instituição Bancária que visitou a Escola com a Professora Ana Rodrigues que fez agora um doutoramento da Universidade de Aveiro e sem estar nada combinado viu uma turma com a Professora a trabalharem no laboratório e a reacção dela, foi dizer que a filha esta num externato em Lisboa e não tem nada disto. Isto é o que nos orgulha porque o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estamos a fazer para as crianças muitas delas subsidiadas e têm do melhor que existe em Portugal ao nível do 1.º ciclo é nisso que estamos a trabalhar isto não é a celebração de poder é algo completamente imaterial, ninguém valoriza, sai do trabalho da boa vontade de meia dúzia de pessoas da Câmara. Quanto à dívida da Câmara, os investimentos que se vierem a fazer no futuro e tiver as participações a seu tempo estou a falar em termos de Fundos Comunitários que ainda estão em curso ou em fase de financiamento e se não lhes acontecer o que aconteceu nas escolas o que posso dizer é que é perfeitamente possível que no espaço de um ano o valor da dívida descer cerca de quatro milhões. Não havendo os diferimentos de tempo tão grandes entre a constituição de despesas e os recebimentos das participações nós poderemos num prazo de um ano descer o valor da dívida a quatro milhões de euros.

A dívida do CDN de cinquenta e dois mil euros são devidas a encargos de gestão que não estão a ser pagos por parte das empresas, são créditos que a sociedade tem justamente pelas dificuldades que todos sabemos, infelizmente e o que nos custa é ir a reuniões de insolvência porque também somos credores e um Parque Empresarial como este e com poucos anos de comercialização já tem no seio uma empresa que no dia vinte e oito de Fevereiro entrou em insolvência e do qual nós somos credores nalguns milhares de euros porque entretanto os encargos não foram pagos”.

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto n.º 2 à votação do plenário, tendo sido aprovado por maioria, com cinco votos contra (três do PPD/PSD.CDS-PP e dois da CDU) e duas abstenções (PPD/PSD.CDS-PP e do PS) -----

A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta nesta parte, para efeitos imediatos.-----

O Senhor Deputado Eduardo Oliveira apresentou uma declaração de voto sobre o *Documento de Prestação de Contas* que passou a ler. **(Anexo 5)**

- Ponto Quatro – Atribuição de medalhas -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “ Como é habitual em todos os mandatos atribuir medalhas a individualidade e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Instituições deste Concelho, queria propôr a esta Assembleia a criação de uma Comissão para este assunto específico, onde estivessem representados todos os Partidos políticos com assento na Assembleia, para proporem e analisarem suas propostas e na próxima sessão da Assembleia em Junho seriam votadas. Isto tem um objectivo, eu entendo que a atribuição de medalhas não são proposta de uma bancada ou de outra são de todas, por isso tem que haver aqui uma conciliação de todas as forças políticas, até porque é um processo para não falharem algumas coisas que podem falhar de maneira indirecta. Se concordarem faz-se assim.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou este assunto à votação e o acordo foi unanime.

- **Deputado Paulo Tavares:** “Eu indico o Senhor António Silva Pereira da nossa bancada. E aproveito para lhe dar os parabéns por esta iniciativa e também pela iniciativa tomada neste timing. O pedido que eu faço é que estas medalhas sejam entregues neste ano e não a três ou quatro meses das eleições autárquicas como aconteceu no último mandato que atribuiu medalhas a seis meses antes das eleições e isto leva-nos a pensar que determinada situação existe para cativar o voto ou para se fazer política, se estas medalhas forem entregues no ano de 2012 têm a nossa concordância, assim como toda a nossa participação e empenho em chegar aos melhores nomes e mais válidos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Se tudo correr bem como penso elas serão entregues no dia do Concelho em sessão solene. Agora as bancadas vão indicar-me os nomes para a Comissão reunir”.

Vão fazer parte desta Comissão os Deputados: António Silva Pereira, Ana Rita Lopes Inácio e João Filipe Ricardo.

O Senhor Presidente deu por encerrada esta sessão às vinte e quatro horas e dez minutos.

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Presidente da Assembleia Municipal -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- O Segundo Secretário -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

Anexo um – Lista de expediente

Anexo dois – Declaração Política apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo – Freguesias, Poder Local e 25 de Abril.

Anexo três - Declaração Política apresentada pelo Dr^a. Anabela Quintanilha.

Anexo cinco – Declaração de voto referente à Prestação de Contas.